



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL- UFFS
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REALIDADE BRASILEIRA**

SARA DE SOUZA ARNAUTS

**OS DESAFIOS DE ROMPER COM O MACHISMO NO SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO, A
EXPERIÊNCIA DO SINTEPFB – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO.**

LARANJEIRAS DO SUL /PR

2023

SARA DE SOUZA ARNAUTS

**OS DESAFIOS DE ROMPER COM O MACHISMO NO SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO, A
EXPERIÊNCIA DO SINTEPFB – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira.

Orientadora: Solange Todero Von

LARANJEIRAS DO SUL/PR

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Arnauts, Sara de Souza

OS DESAFIOS DE ROMPER COM O MACHISMO NO SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO, A EXPERIÊNCIA DO SINTEPFB ? SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. / Sara de Souza Arnauts. -- 2023.

22 f.

Orientadora: Doutora Solange Todero Von Oncay

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Especialização em Realidade Brasileira, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Gênero; Feminismo; Educação; Sindicalismo.. I. Oncay, Solange Todero Von, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

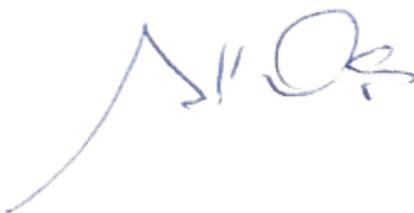
SARA DE SOUZA ARNAUTS

**OS DESAFIOS DE ROMPER COM O MACHISMO NO SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO, A
EXPERIÊNCIA DO SINTEPFB – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira.

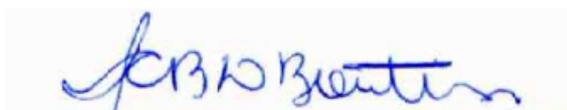
Esse trabalho foi definido e aprovado pela banca em: 10/03/20223

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Solange Todera Von

Orientadora



Profª. Drª Aldimara Catarina Brito Delabona Bouti

Avaliadora



Profª. Meª Rogéria Pereira Alba

Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Sou grata pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que me indicou para a vaga na especialização em realidade brasileira.

Também as minhas queridas amigas Tereza Adelaide Zimmermman de Moraes e Vanessa de Lima, que possibilitaram as condições para finalização deste trabalho.

Por fim, a minha querida professora orientadora Sonage Todero Von Oncay que auxiliou grandemente na construção deste artigo com suas importantíssimas contribuições.

OS DESAFIOS DE ROMPER COM O MACHISMO NO SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO, A EXPERIÊNCIA DO SINTEPFB – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO.

SARA DE SOUZA ARNAUTS¹

SOLANGE TODERO VON ONCAY²

RESUMO

O presente trabalho busca abordar aspectos do machismo que se evidenciam dentro da educação pública, sofridos por profissionais atuantes no contexto geral da educação. Além deste olhar mais geral, centra-se na atuação do sindicato, buscando um contexto referente a essa demanda, visto a compreensão deste fator como uma de suas bandeiras de luta a serem pautadas na defesa e garantia de direitos dos sindicalizados. A experiência trata do SINTEPFB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão, unidade de estudo do sindicalismo do Curso de Especialização em Realidade Brasileira, para a conclusão deste trabalho foi realizada pesquisa informal e exploratória com quatro trabalhadoras sindicalizadas, trazendo suas experiências e relatos, além de pesquisa bibliográfica com viés crítico com o referencial teórico. Diante aos resultados foi possível observar alguns aspectos que são necessários melhorias para superar condições impostas, visando os sindicatos assumir demandas de grupos não majoritários na sociedade, também sair da visão de garantia de direitos apenas economicistas (salariais), e o caráter formador, juntos a outras entidades e movimentos sociais, para buscar mudanças efetivas na sociedade.

Palavras-chaves: Gênero; Feminismo; Educação; Sindicalismo.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo trazer o contexto vivenciado por professoras sindicalizadas no sentido da desigualdade de gênero, pincelando sobre o papel transformador da educação neste sentido e atuação do sindicato referente às demandas de gênero.

Indaga-se em que medida a realidade do machismo encontra-se exposta, e o comprometimento dos sindicatos em romper com essa questão, se está é uma proposta de sociedade que vem se materializando.

¹ Educanda do curso de especialização em Realidade Brasileira, da Universidade Federal Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul. E-mail: sara_arnaust@hotmail.com

² Solange Todero Von Oncay - Doutora em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNAM/AR), Doutoranda em Ciências Sociais (UFRRJ). Professora Magistério do Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Educação do Campo. E-mail: solange.oncay@uffs.edu.br

Também buscou-se entender se as mulheres inseridas no sindicalismo estão cumprindo funções políticas ou sua atuação permanece no campo técnico, desenvolvendo atividades mais funcionais, além de explorar o contexto das atividades femininas dentro dos sindicatos.

Desta forma, no primeiro capítulo, será abordado histórico sobre o sindicalismo frente a luta de classes, posteriormente a questão do protagonismo feminino na política sindical. Em seguida será tratado o machismo na educação, na sequência trabalhar-se-á um recorte no qual será exposto o histórico do sindicato em questão e os resultados da pesquisa no contexto desta experiência que guarda atenção às “expressões da questão social”, e por fim as considerações finais.

É importante destacar que o trabalho é fruto da *práxis* criado através da metodologia desenvolvida no Curso de Especialização em Realidade Brasileira, cujo objetivo era juntar teoria-prática com fins como intervenções na realidade concreta, criando assim as unidades de estudos (UE), sendo uma destas experiências a do SINTEPFB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão.

A tarefa foi realizada por várias “mãos”, em conjunto com o sindicato, educandos e universidade, sendo executado diversas reuniões, rodas de conversas, palestras no decorrer do ano letivo, para pôr fim, serem realizadas intervenções conjuntas, específicas na realidade concreta. Para isso, foram definidos eixos, ações, metodologias, objetivos e pôr fim a sistematização do processo, tornando-se o produto final do curso de cada acadêmico, o tema do trabalho de conclusão de curso (TCC) baseado na experiência da UE.

O trabalho em questão está relacionado ao Eixo 3 levantado pela UE, que aborda a Mobilização e Luta no SINTEPFB, que trata de temas como pontos comuns de luta, Bandeiras de luta e judicialização dos processos, diretamente relacionado à defesa de direitos.

O problema de pesquisa levantado no artigo, surgiu a partir de uma fala da Presidenta da gestão anterior do Sindicato em uma das reuniões da unidade de estudo (UE), afirmando já ter sofrido com diversas situações de machismos, principalmente citando que falas são utilizadas no sentido de afirmar que a educação é algo voltado para as mulheres, “pois é coisa de mulher gostar de ensinar e cuidar”, ou muitas vezes não a considerarem como uma liderança expressiva” por ser mulher.

Deste modo a justificativa da pesquisa trata-se de verificar as intervenções do sindicato diante da realidade apresentada, identificar se as profissionais sindicalizadas

também enfrentam no cotidiano situações de machismo, o papel de atuação do sindicato sobre essa expressão e o contexto histórico que levaram a sociedade a reproduzir falas como as citadas *a priori*.

A pesquisa tem uma abordagem metodológica qualitativa de natureza exploratória, assim esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007)

Diante da metodologia buscou-se realizar uma pesquisa exploratória, neste sentido “proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 1974, p. 25)

A coleta de depoimento foi realizada de maneira informal via WhatsApp com profissionais sindicalizadas do SINTEPFB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco, sendo realizada através de questionário simples, enviado após o aceite das trabalhadoras.

2. SINDICALISMO: UM BREVE RECORTE HISTÓRICO

Segundo Aldred (2014) o sindicalismo é julgado desde seus primórdios como uma conspiração ilegal. A criação dos sindicatos é consequência do trabalho assalariado capitalista. Com a expansão do capitalismo, após revolução industrial, na Inglaterra, de acordo com Cruz (2008) a produção artesanal, manufatureira, foi substituída pela industrial.

Portanto na corrida por maiores lucros inseriu-se as máquinas no processo, o que implicava no aparecimento de diversas expressões da questão social, ficando nítida a divisão da sociedade de classes, com aqueles que são os donos do capital, dos meios de produção e os que vivem da venda da sua força de trabalho.

A literatura corrente sinaliza para o surgimento dos sindicatos como fruto dos esforços da classe operária na luta contra o despotismo e a dominação do capital. Para defender seus salários e conseqüentemente para melhorar as condições de trabalho da classe trabalhadora. O fato é que, a existência de uma classe operária passa a ser condição para a existência das organizações e da luta sindical. (CRUZ, 2008, p.17)

Os sindicatos surgem como mecanismo criados pelos trabalhadores para a defesa, conquista e ampliação dos seus direitos.

No decorrer da história, os sindicatos assumiram identidades diferenciadas, desde o reconhecimento pelo capital e pelo Estado, nesse sentido ele se institucionaliza e é admitido como representação profissional para reivindicar melhorias econômicas na esfera da empresa, até a identidade mais dinâmica de contestação do modo de produção. Nesse significado, ele se configura como revolucionário, uma vez que opõe resistência ao poder do capital e busca a emancipação da classe trabalhadora. (CRUZ, 2008, p.17,18)

No Brasil os sindicatos surgem nos últimos anos do século XIX, quando iniciam os investimentos nas indústrias e criação de um mercado interno que substituiu o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Segundo Simão (1966), é ainda na década de 1870, que o trabalho assalariado emergente estimulou a urbanização das cidades, junto com o aumento do trabalho artesanal e do aparecimento das primeiras indústrias têxteis.

Com o decorrer do tempo os sindicatos assumiram diversas ações como exemplo, de reivindicações predominantemente econômicas às reivindicações políticas, diante de suas bandeiras de luta, como podemos visualizar atualmente.

Segundo o autor Cruz (2009, p. 52) baseado na teoria de Gramsci “os sindicatos são importantes instrumentos de luta por mostrarem os limites do capitalismo no âmbito econômico ou da luta econômica”, abordando uma importante crítica quanto a burocratização, mostrando o quanto se afastam da classe trabalhadora, quando apontam-se apenas lutas imediatistas por melhorias nas condições de trabalho e salário, logo por reformas sociais. De acordo com o texto sobre Sindicatos e Conselhos I, no Jornal *L'Ordine Nuovo*, de 11 de outubro de 1919, que:

Os operários sentem que o complexo da 'sua' organização se tornou num aparelho de tais dimensões que acabou por obedecer a leis próprias, inerentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. Eles sentem que a sua vontade de poder não encontra expressão adequada na atual hierarquia institucional. Eles sentem que, mesmo na sua casa, na casa que tenazmente construíram, à custa de esforço e perseverança, cimentando-a a sangue e lágrimas, a máquina esmaga o homem, a burocracia esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e verbalista tenta em vão esconder a ausência de idéias precisas sobre as necessidades da produção industrial, ou a incapacidade de comprometer a psicologia das massas proletárias. Os operários irritam-se com estas condições de facto, mas são impotentes individualmente para as modificar; as palavras e a vontade dos homens isolados são muito pouca coisa em comparação com as leis de ferro inerentes à estrutura burocrática do aparelho sindical (CRUZ, 2009, p. 55 apud GRAMSCI, 1976, p. 42)

2.1 PROTAGONISMO FEMINO NA POLÍTICA SINDICAL

Ao longo do desenvolvimento da sociedade, historicamente condicionou-se homens e mulheres a papéis sociais distintos, trazendo ao homem o papel social de

mantenedor do lar e a mulher o espaço de cuidadora e garantidora da reprodução familiar diante a família tradicional burguesa.

Todavia, espaços relacionados a política ainda apresentam a maioria de homens como mantenedores das despesas familiares. Nos sindicatos esta realidade reproduz o mesmo viés cultural, ou seja, não é diferente (FERREIRA, 2009). Todavia, segundo o Boletim Especial de 8 de Março Dia da Mulher do DIEESE "A maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões." (DIEESE, p. 5. 2023). Mostrando uma necessidade grandiosa de mudança neste contexto.

A entrada da mulher no mercado de trabalho acontece em meio a muitos conflitos. As duplas e triplas jornadas de trabalho exigem da mulher trabalhadora uma carga horária exaustiva o que dificulta sua participação mais ativa na vida política. (ARAÚJO, 2011). Ainda segundo Araújo (2011) às estruturas sociais impostas ao longo da história, através da apresentação dos papéis sociais são mantidos pela sociedade patriarcal e causaram baixa participação política das mulheres.

Os dados demonstram, que as mulheres, apesar de terem uma vantagem em relação à escolaridade, ainda não ocupam cargos de liderança, ou como afirma Silva e Mendes (2015) esta realidade ainda não foi incorporada em seus salários e remunerações para suas formações, de acordo com as funções que desempenham.

Todavia, a entrada das mulheres no mercado do trabalho chega cercada de contradições, limites e estruturada nas bases patriarcais (BANDEIRA E MELO, 2009 apud SILVA E MENDES, 2015).

Este contexto faz com que ao longo do curso histórico, as mulheres tivessem pouca inserção na vida pública, política, e conseqüentemente ficassem de fora do centro das disputas por esses espaços de representação (ARAÚJO, 2011).

A participação das mulheres na força de trabalho no setor industrial no Brasil aumentou entre as décadas de 1970 e 1980, e juntamente com esse crescimento houve também um aumento significativo da sindicalização das mulheres (BONI, 2004, p. 292).

Após tais eventos alguns fatores históricos foram determinantes na entrada das mulheres nos sindicatos

Foram os movimentos de mulheres, muitos dos quais surgidos por volta de 1975, considerados pela ONU como Ano Internacional da Mulher. Entre eles podemos citar o Movimento das Mulheres pela Anistia, movimentos de lutas por berçários e creches, grupos de mães, movimentos de bairros, grupos de

mulheres organizados pela Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e demais grupos que levantaram a problemática dos direitos de homens e mulheres. Além disso, os serviços de assistência prestados pelos sindicatos também podem ter influenciado na sindicalização das mulheres, principalmente no período anterior a 1978, quando o sindicalismo brasileiro passou por uma séria transformação nas práticas de atuação (BONI, 2004, p 292)

Também no período de 1970 a 1980, as mulheres foram de grande importância nas lutas sindicais indo das mais diferentes formas de resistência interna nas fábricas até as mobilizações e greves.

Como afirma Soares (2016) neste período as demandas das mulheres trabalhadoras começaram a serem elencadas como (creches, licença maternidade, igualdade de salários, controle do uso do banheiro, fim das discriminações, etc.) antes tais reivindicações ocupavam posições bastante secundárias nas preocupações dos movimentos sindicais, as oportunidades, aspectos legais e políticas disponíveis para defendê-las eram muito limitadas.

Atualmente a participação feminina é muito mais evidente dentro das diversas esferas, a atuação dos sindicatos frente a formulação de políticas sociais voltadas para as mulheres, e há uma difusão evidente nos meios sindicais de uma linguagem de direitos relacionada às questões de gênero, porém esses avanços foram frutos de muita discussão, desconstrução e luta por igualdade.

Os sindicatos, por sua vez, devem seguir o papel de agentes transformadores, assumindo bandeiras de luta como essas, e proporcionando meios de garantir acesso a mulheres aos espaços de liderança e participação política, além de discussões inclusivas e que visem a equidade de gênero. O SINTEPFB mostra um grande avanço neste sentido, pois durante grande parte do desenvolvimento da unidade de estudo foi liderado por uma mulher, tendo uma presidenta na gestão anterior (2020 - 2022), havendo no ano de 2023 a mudança para nova gestão.

Seguindo o tratado por Soares (2016) a influência do feminismo entre as mulheres sindicalizadas manifestou-se de inúmeras maneiras, como exemplos

Na concepção das políticas de gênero de maneira indissociável e equânime às políticas de classe; no questionamento da ideia de unidade da classe trabalhadora ou de que seus interesses de classe sejam universais; na atenção às especificidades das situações de discriminação cruzadas (uma mulher, negra e pobre, por exemplo, pode sofrer ao mesmo tempo discriminações de gênero, raça e classe); na busca pela igualdade de poderes entre homens e mulheres; na correlação entre o desempenho de dupla jornada de trabalho pelas mulheres e suas dificuldades em ascender no mercado de trabalho ou nos postos de poder; pela politização de temas como a sexualidade, a reprodução, o trabalho doméstico, dentre outros, sempre sob a ótica inovadora de aliar trabalho e vida pessoal, sindicalismo e ambiente doméstico, público e privado (SOARES, 2016, p. 5).

2.2 MACHISMO NA EDUCAÇÃO

Para Gramsci, existe "hegemonia", quando uma classe dominante (ou frações de classe) estabelecem uma aliança, "um bloqueio histórico", não somente sendo capaz de obrigar uma classe subordinada a conformar-se a seus interesses, senão exercendo uma "autoridade social total" sobre essas classes e a formação social em sua totalidade. Assim, se estabelece uma "combinação de força e consentimento das classes subordinadas". Entretanto afirma Gramsci que, no estado liberal capitalista, surge primeiro, e se opera depois, "como força de coerção " (HALL, 1981). A hegemonia, além de operar na esfera produtiva e econômica, age a nível de Estado, na política e nas superestruturas, constituindo, nestas últimas, um terreno sobre tudo o que é realizado. Gramsci vai além, alertando que, em certa medida, a hegemonia se desenvolve mediante a contenção das classes subordinadas dentro da "superestrutura".

Gramsci deixa claro que a hegemonia ideológica precisa ser obtida e preservar-se mediante as hegemonias existentes, parafraseia Hall (1981, p.4). Tanto para se obter, como para se preservar as ideologias existentes é complexo, lida-se com sistemas de uma estrutura que não é unívoca. A isso, aproxima: "a hegemonia não pode manter-se mediante uma "classe dominante", única, unificada, senão mediante uma aliança conjuntural particular de frações de classe". Assim, o conteúdo da ideologia dominante deverá envolver e ser operada por meio das superestruturas - família, igreja, escola, meios de comunicação, instituições formativas, culturais.

Nesse contexto, cabe trazer a análise de Gramsci (1971), quando sistematiza, a partir dos estudos em Marx, uma filosofia da práxis que se fundamenta no materialismo histórico dialético. A concepção, além de ser um instrumento de compreensão da sociedade, torna-se fundamental, por oferecer elementos importantes e necessários para a orientação destas questões. A ênfase que o autor atribui à política surgiu, em grande parte, da situação histórica na qual viveu como líder intelectual envolvido em um movimento proletário de massa. Esse fato o fez desenvolver estudos com enfoque marxista a respeito da escola, uma estratégia para derrubada do Estado burguês, uma vez que concebia o Estado como "todo o complexo de atividades práticas e teóricas, com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação" (GRAMSCI, 1971, p. 244)

É importante destacar que o machismo é uma das Expressões da Questão Social, sendo a “Questão Social” um dos resultado do conflito entre Capital vs trabalho, de uma classe dominante sobre a outra

Questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e que na sociedade burguesa a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, esta condensaria então o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. Para autora, a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IMAMOTO, 2010, apud TOMAZ, p. 4. 2013)

“Entende-se por machismo a atitude de arrogância dos homens contra as mulheres, fundamentada na descrença de que a mulher pode desenvolver as mesmas atividades na vida social, cultural, política e econômica com qualidade semelhante” (SILVA, 2010 apud FIALHO E SOUSA, 2019). Essa prerrogativa trouxe séculos de submissão da mulher ao homem, criando-se um contexto social de desigualdade, práticas de desvalorização e submissão.

Seguindo o contexto histórico dos papéis sociais atribuídos aos sujeitos, destaca-se: “Como e por que o magistério se transforma em trabalho considerado “de mulher”? (Ferreira, 2006, p. 17). Diante o acirramento do capitalismo e da industrialização, as funções sociais foram sendo definidas conforme os interesses hegemônicos em atendimento aos papéis sociais criados pelo patriarcado.

Deste modo, Segundo Ferreira (2009) ensinar passou a ser tarefa de quem não era considerado sustentáculo econômico em primeiro lugar. Foram criadas o que na literatura é conhecido como “semiprofissões”, cargos ocupados principalmente por mulheres, sendo carreiras consideradas extensões dos trabalhos domésticos, deste fato o surgiu o termo feminização do trabalho.

Como também pode-se constatar que o machismo está impregnado na sociedade, sendo uma condição historicamente construída e imposta. Segundo Pires (2015) apud Lima (2018) isso padroniza comportamentos que homens e mulheres devem seguir, reforçando estereótipos de “inferioridade das mulheres”.

O machismo é uma herança cultural muito forte. Antes de ser uma reprodução de comportamentos exclusivamente masculino ele é reforçado pela vida familiar, incluindo aí a educação recebida da mãe, que inconscientemente reafirma seus estereótipos. (PIRES, 2015 apud Lima, 2018, p 26.)

Ainda para Lima (2018) a escola é a instituição que inicia-se e promove-se a socialização, muitas vezes, o único espaço social de convivência de crianças e jovens. No ambiente escolar são elaboradas e (re)afirmadas às regras de convivência social, o respeito e as normas de convívio em sociedade.

Para Gomes (2002 apud Lima, 2018) é o local onde não se compartilha apenas o ensino, mas também se leva o primeiro contato com preconceitos, crenças e hábitos, ou seja, é um construtor das relações sociais. Sendo assim, é essencial aos profissionais e a escola não reproduzir mazelas como o machismo, mesmo compreendendo que romper com essa perspectiva não é uma tarefa fácil, considerando que os agentes inseridos neste processo são frutos desta determinação conservadora. Aqui novamente comprova-se a importância dos sindicatos na formação continuada dos (as) profissionais da educação.

Segundo a autora Dore (2006) que trata sobre o conceito de Gramsci sobre as escolas, configuram-se como um dos aparelhos ideológicos do Estado, com práticas e rituais, realizam as ideologias, contribuindo para a reprodução das relações de produção: garantem a opressão de classe e suas condições de exploração, reprodução social e cultural

3. HISTÓRICO SOBRE O SINTEPFB

Para melhor contextualização, é importante um resumo histórico do SINTEPFB colhido através das reuniões na Unidade de Estudo e relatorias destes encontros.

Os professores da rede Municipal de Francisco Beltrão até o ano de 2012 eram associados ao Sindicato dos Servidores Públicos de Francisco Beltrão (SINDSEM), muitos fazendo parte do colegiado diretor.

Todavia, o SINDSEM era regido pelo plano de carreira do servidor público municipal, portanto não abordava as especificidades da carreira do magistério municipal. Sendo assim, foi criada uma comissão por professores, a qual definiu diante de reivindicação da categoria por mobilizar a Rede Municipal de Ensino para fundação de um sindicato próprio, tendo em vista, inicialmente a adequação de um Plano de Carreira que pudesse defender os direitos sociais, específicos dos professores.

Os educadores queriam ter um sindicato que tivesse mais representatividade no município de Francisco Beltrão, sendo que o magistério tem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que traz certas especificidades como exemplo: dias letivos, quem pode ser professor, entre outras. Assim o SINTEPFB - Sindicato dos

Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão foi fundado em 20 de setembro de 2012, ativo a mais de uma década na região

Definida e legalizada a desfiliação automática dos professores do SINDSEM em assembleia e também eleita por aclamação a primeira diretoria do SINTEPFB, formada por professores das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS).

Constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos professores municipais de Francisco Beltrão. Sendo que tem como objetivos e fins de defesa, a representação e organização da classe trabalhadora, defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, judicial ou extrajudicial, buscando ainda melhorias nas condições de vida e na construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e exploradores. A seguir os princípios que constam no estatuto do sindicato:

- Art. 3º. O sindicato, atuará, em estrita observância aos seguintes princípios:
- a. assegurar a melhoria das condições de vida e trabalho de seus associados;
 - b. lutar pela autonomia e pela independência da representação sindical;
 - c. defender a democracia em todas as instâncias e organizações sociais;
 - d. responsabilidade social;
- não visa buscar lucros, ficando condicionada as possibilidades econômicas e financeiras apenas para a satisfação de seus objetivos. (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão. p. 1, 2018)

Atualmente possui a representatividade de 822 filiados, sendo 546 professores de CMEIS e escolas da Rede Municipal de Ensino de Francisco Beltrão, 217 professores aposentados da rede municipal, e 59 professores do município de Itapejara do Oeste, cidade vizinha de Francisco Beltrão, onde o SINTEPFB representa os professores daquela rede de ensino.

Em 2022 houve nova eleição do colegiado do sindicato, havendo a chapa vencedora assumindo em janeiro de 2023.

4. RESULTADO DA PESQUISA COM SINDICALIZADAS DO SINTEPFB

Para obtenção dos resultados desta pesquisa, como já citado, foi realizada pesquisa com trabalhadoras sindicalizadas.

Deste modo, realizou-se pesquisa com 03 (três) profissionais sindicalizadas do SINTEPFB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão. Essas profissionais foram selecionadas por atuarem em locais estratégicos, em lugares de atuação distintos dentro do município, sendo um

profissional de escola do campo, uma da região central e outra trabalhadora de um ponto com maior índice de vulnerabilidade social, conseqüentemente mais marginalizado.

Houve também o contato com a presidenta do sindicato (2020 -2022), onde em uma entrevista informal via WhatsApp foi esmiuçado sobre sua experiência como mulher e liderança frente a entidade.

Portanto, foram realizadas as entrevistas informais, (semi-estruturadas) via WhatsApp, onde após o aceite da participação na pesquisa, as seguintes questões foram encaminhadas as três entrevistadas, 1) Você já sofreu com machismo dentro da escola? 2) O sindicato aborda temas como o feminismo/ igualdade de gênero? Caso não, acredita que tratando temas como este, auxiliaria no processo para superar essa condição? A conversa com a ex -representante do sindicato foi realizada através de pergunta aberta diretamente sobre sua experiência no local. Segue os dados abaixo;

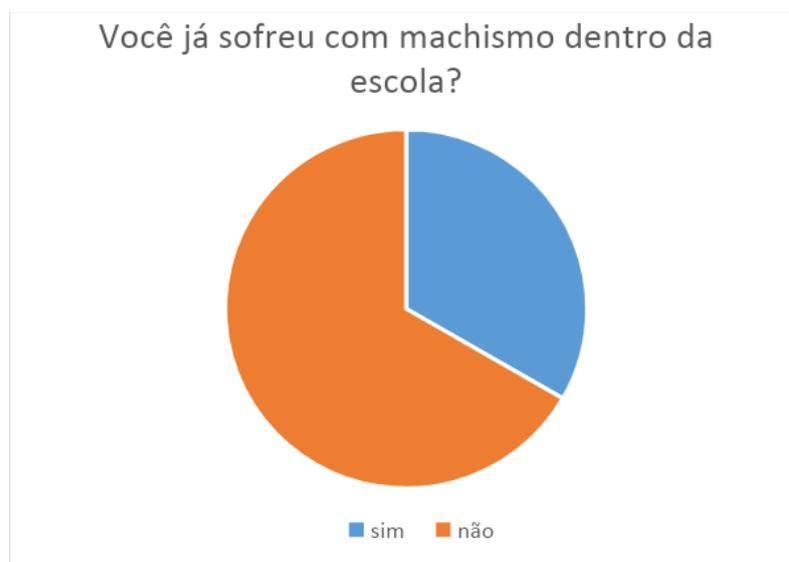


Gráfico 1 –Respostas das professoras sindicalizadas do SINTEPFB– 2022

Neste gráfico foi possível perceber que apenas uma das entrevistadas afirmou ter sofrido com machismo dentro da escola. Todavia em seu relato, a profissional afirma que a situação pela qual passou envolveu outras funcionárias, que evidenciaram a presença de resquícios de machismo, desde modo também foram atingidas. Especialmente tratando-se de um episódio realizado por um homem que ocupava o cargo de diretor, levando diversas trabalhadoras ao constrangimento.

As outras profissionais entrevistadas afirmam nunca terem passado por nenhuma situação, porém, um questionamento importante de ser feito, é sobre o entendimento do machismo, pois na maioria das vezes acaba por ser um contexto velado, que leva a culpabilização da própria mulher e o não entendimento do fato.

É necessário reforçar a importância das discussões sobre os temas relacionados às questões de gênero, aqui demonstrados como uma frente importante de ser assumida pelos sindicatos, pois atualmente a grande maioria dos cargos de trabalho dentro da educação são assumidos por mulheres, não diferenciando da realidade concreta do SINTEPFB, segue relato da entrevistada 03:

Sim. Uma das ações machistas mais impactantes foi quando o diretor colocou na porta do banheiro das/dos professoras/as uma folha sulfiteada onde estava escrito que era para as professoras cuidarem mais do lixo do banheiro no período em que estavam menstruadas, que ninguém precisava saber que as professoras estavam menstruadas. Não recorro corretamente as palavras escritas, mas eu e várias outras professoras me sentimos atingidas e coagidas. Ele queria ter o controle até do lixo do banheiro. (ENTREVISTADA 03, 2022)

De acordo com a autora GOMIDES (2020, p. 10) “a mulher está em papéis sociais impostos pela mão hegemônica machista, sexista e misógina e, por isso, seu corpo ainda carrega marcas de um percurso sustentado por ideias naturalizadas.” Nesse sentido assuntos como esse apresentam-se com barreiras, tabus e são difíceis de serem rompidos. Como exemplo de situações como essas, onde reiteram discursos conversadores e patriarcais.

Os discursos ordenam as interpretações do mundo de acordo com os interesses das instituições e os sistemas nos quais estas operam e instituem as normas em cada sociedade. Estes são definidos e espalhados, normalmente, pelos líderes de sistemas patriarcais em nome das instituições conservadoras. (ÁLVAREZ, 2018, p. 19).

Ainda no relato disponibilizado pela ex- presidenta do sindicato, também há relatos de machismo;

Quando eu entrei, logo no início, no sindicato nas conversas que nós tínhamos, por exemplo, com os vereadores, principalmente, sempre senti um certo, vamos dizer assim um certo preconceito digamos, da parte dos vereadores, em relação ao ser uma mulher, parece aquela desconfiança de que a palavra da mulher não tem não tem força. (EX- PRESIDENTA DO SINDICATO, 2023).

Essa situação corrobora com o contexto histórico já citado dos papéis sociais, “temos por hipótese que é assim, pois, que a escolha dos ocupantes dos cargos, sobretudo os de autoridade, tende a se dar em função de diversos tipos de capacitações e aptidões atribuídas em geral aos homens, isto é, afins à *dominação masculina*” (SOARES, p.17. 2016).

Diante disso, as questões de gênero acentuam-se tornando-se relações de poder, considerando as mulheres menos aptas a ocuparem cargos políticos, como exemplo, os de dirigente sindical. Segundo Soares (2016) naturaliza-se que estejam presentes na execução das ações sindicais, os conflitos de greves mais radicais, e ainda assim estejam sub-representadas em cargos de direção.

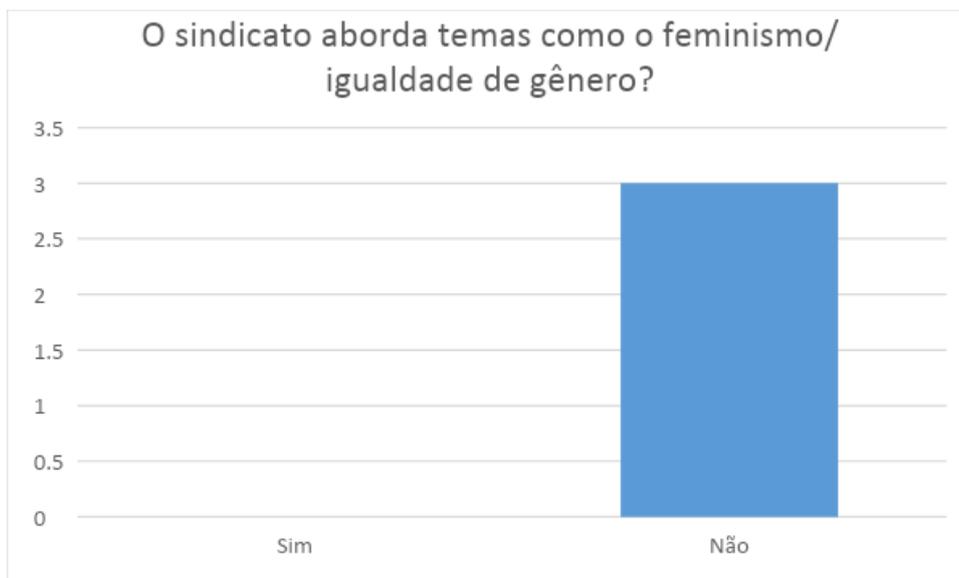


Gráfico 2 – Respostas das professoras sindicalizadas do SINTEPFB – 2022

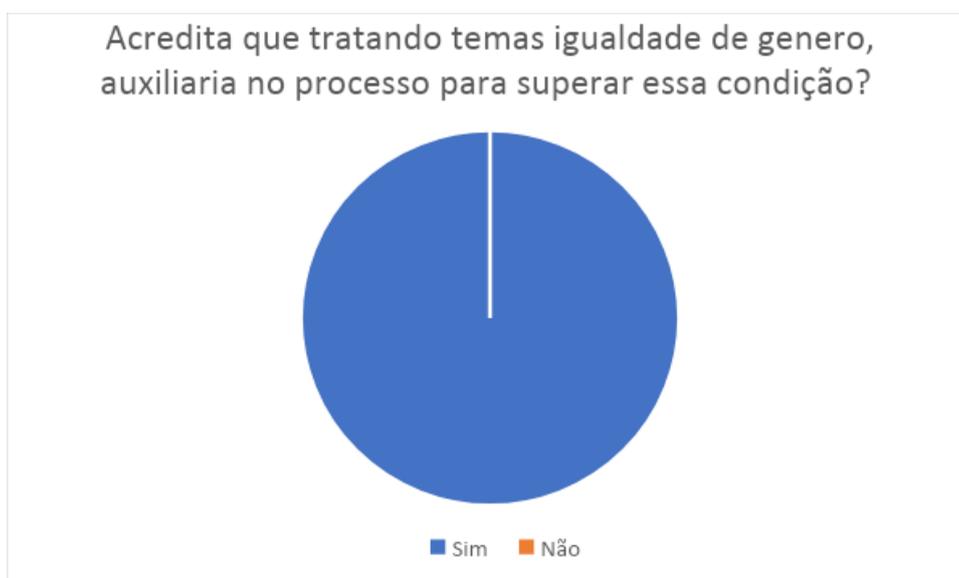


Gráfico 3 – Respostas das professoras sindicalizadas do SINTEPFB – 2022

Ainda reforçando a necessidade de os sindicatos abordarem esses assuntos, mostrou-se na pesquisa que o SINTEPFB nunca abordou esse tema. Referente a complementação da última questão, os profissionais foram unânimes em suas respostas, afirmando o interesse sobre o trabalho e orientações a respeito.

Neste sentido, foi possível observar falta de orientação do sindicato no assunto referido, todavia, ainda nas reuniões da UE foi percebido que na gestão anterior apenas duas profissionais atuavam diretamente no sindicato, proporcionando visibilidade que essas trabalhadoras acabam sobrecarregadas.

Para efetivação das bandeiras de luta, não somente as questões de gênero, mas considerando a quantidade de profissionais que atuam na educação e são sindicalizados, havendo diversidades e especificidades de várias formas, como exemplos, o racismo, LGBTQIA+ e tantas outras, porém é de extrema importância destacar que para uma atuação mais incisiva neste sentido, seria necessário maior incentivo e liberação de mais profissionais a frente do sindicato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do sindicalismo para o rompimento da perspectiva conservadora como agente transformador da realidade é indiscutível. Porém, para mais avanços é importante que haja ações em conjunto com outros movimentos, como trata Souza (2016) o movimento feminista, além das lutas específicas, elabora questões teóricas capaz de ampliar a leitura da realidade, pois considera que a partir da organização, ações são capazes de transformar a realidade.

A autora Souza (2016) ainda ressalta que o feminismo representa uma organização específica no contexto da articulação mais ampla das mulheres, fazendo referência a autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas sobre suas vidas. Vianna (2001) trata sobre a escassez da análise das relações de gênero em organizações sindicais cuja base é principalmente formada por mulheres, como é o caso do professorado.

Portanto é essencial que o sindicalismo “beba” de outras fontes para a sua atuação, saindo de ações que garantam apenas questões salariais, mas que propiciem elementos para a superação da opressão a violência e a exploração de mulheres. Principalmente os sindicatos da educação que além de acessar os profissionais, ainda garantem a transição para os alunos, para que as próximas gerações possam romper com essa realidade patriarcal historicamente construída

Outro resultado encontrado na pesquisa é a escassez de literatura sobre o tema relações de gênero e sindicalismo. O que segundo Ferreira (2008) refere-se a análise sobre a existência de reflexão nos sindicatos docentes, diante a representações da docência como trabalho feminino.

Se concordarmos que os sindicatos são exemplos de organizações criadas a partir da categoria classe social, entenderemos por que eles apresentam dificuldade de trabalhar com outras categorias de análise. O que está na base dessa compreensão é a ideia de que o sujeito de classe é universal, portanto deveria dar conta da totalidade das problematizações e reivindicações levadas a efeito pelos sindicatos. (FERREIRA, 2008, p. 20)

Ainda é necessário tomar cuidado para que os sindicatos não excluam grupos sociais não-majoritários, como os grupos étnicos e as mulheres. A desconstrução do viés machista da construção, no qual a mulher é interpretada apenas como um fenômeno geral da classe trabalhadora, para, a partir daí, buscar outras formas de construções (BONI, 2004).

Por fim usando a experiência relatada pela ex-presidenta do sindicato para reflexão

Pelo menos na minha experiência, eu senti que isso já tava sendo superado, eu não sei eu estava mais confiante, ou talvez as coisas já estejam mudando, eu acredito que as coisas já mudaram, o preconceito de hoje não é o mesmo de 30, 40 anos atrás, mas esse preconceito, ele ainda precisa ser sendo superado, e como que ele está sendo superado? Quando as mulheres começarem a assumir mais papéis de lideranças e mostrarem sua força. (EX-PRESIDENTA DO SINDICATO, 2023)

Para além desses preceitos, observando exposto pelo autor Soares (2016) a superação das desigualdades de gênero, incluindo dentro dos sindicatos, deve se dar em função não apenas da ocupação de postos de poder e do acesso a recursos materiais pelas mulheres, mas também da desconstrução de certos imaginários e da formação de novas imagens e consensos, cujos sentidos apontem para o reconhecimento da igualdade e das diferenças de gênero.

7. REFERÊNCIAS

ALDRED, Guy. **Marxismo e Autogestão**, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014

ÁLVAREZ, Juan Sebastián Ospina. **Conversações hipervisuais: vamos falar sobre olhares masculinizados?** 2018. 311 p. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiás

ARAUJO, Clara M. O. **As Mulheres e o Poder Político-desafio para a democracia nas próximas décadas. O Progresso das Mulheres no Brasil, 2003-2010.** Rio de Janeiro: CEPIA ONU MULHERES, 2011, v, p. 90-136.

BONI, Valdete. **Poder e Igualdade: As Relações de Gênero Entre Sindicalistas Rurais de Chapecó, Santa Catarina.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 289-302, janeiro-abril/2004

CRUZ, César Albenes de Mendonça. **Sindicato e partido político em Gramsci.** ARGUMENTUM. Vitória, v. 1, n. 1, p. 50-62, jul./dez. 2009

CRUZ, Helvia Leite. **Condições de Construção histórica do Sindicalismo Docente de Educação Básica.** 2008. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. 2008.

DORE, Rosemary. **GRAMSCI E O DEBATE SOBRE A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 329-352, set./dez. 2006 329 Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/JQqvjsTwVfGYnTvZyq3N3Kf/?lang=pt&format=pdf> > acesso em 10. abril de 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho.** São Paulo, DIEESE, 2023.

FERREIRA, Verônica C. **SINDICATOS: ESPAÇOS PARA A ATUAÇÃO DAS MULHERES? Participação Feminina em Sindicatos Filiados à Central Única dos Trabalhadores num Cenário de Reestruturação Produtiva (1986 -1999).** In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu-MG. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **DESCONFORTO E INVISIBILIDADE: REPRESENTAÇÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE SINDICALISTAS DOCENTES.** Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 47. p. 15-40. jun. 2008.

FIALHO, L. M. F., & SOUSA, F. G. A. de. (2019). **FEMINISMO E MACHISMO NA ESCOLA: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.** *EDUCAÇÃO*, 8(1), 51–58. Disponível em <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2019v8n1p51-58>.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from Prison Notebook.** New York: Internacional Publishers, 1971. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Disponível em: http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf

_____. **Cadernos do Cárcere.** V.4: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. **Cadernos do Cárcere.** V.5: O Rissorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** — 3. ed. — São Paulo: Atlas, 1991.

GOMIDES, Lana de Araujo. **“DEIXA MEU SANGUE ESCORRER”**: COMO AS VISUALIDADES OPERAM SOBRE OS SENTIDOS DA MENSTRUACÃO? 2020. 220 p. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual – Mestrado da Faculdade de Artes Visuais. Universidade Federal de Goiás.

HALL, Stuart., **"A Cultura, los medios de Comunicación y el efecto ideológico.** Publicado en CURRAN, James y otros (comp.) *Sociedad y comunicación de masas*, Fondo de Cultura Económica, México: 1981.

LIMA, Aline Maturino Gomes. **A reprodução do machismo no ambiente escolar: uma análise das construções de papéis sociais.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso, graduação em Serviço Social. Cachoeira, 2018.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão-SINTEPFB. **ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ -SINTEPFB.** Francisco Beltrão. 2018.

SILVA, Mavi Consuelo. MENDES, Maria Olenir. **AS MARCAS DO MACHISMO NO COTIDIANO ESCOLAR.** Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 28, n. 1 – Jan./Jun. 2015 – ISSN online 1981-3082.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado.** Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus Editora, 1966

SOARES. José Luiz. **As Políticas de Gênero no Sindicalismo Brasileiro Contemporâneo.** Anais 40º encontro anual da ANPOCS st 34 -Trabalho, Trabalhadores e Ação Coletiva. Caxambu, 2016.

SOUZA, Ana Paula de. As mulheres no Movimento Sindical: Um estudo da experiência dos ANDES – SN. 2016. Dissertação de pós-graduação em Serviço Social. Juiz de Fora. 2016.

TOMAZ, Marianna Andrade. **A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO:** uma análise do seu conceito na contemporaneidade. VI Jornada Internacional de Políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luiz do Maranhão. 2013.